

# CANDOMBLÉ: AXÉ E ANCESTRALIDADE COMO CATEGORIA ANALÍTICA AFROCÊNTRICA<sup>1</sup>

Leonardo Lazaro Faislon<sup>2</sup>

*“Quero ver meus filhos de anel no dedo e aos pés de Xangô.”*

*(Yalorixá Obá Biyi)*

*“O Quilombismo nos ensina que nós, negros, precisamos construir nossas próprias instituições independentes e progressistas, consolidar nossa coesão e força política, reconstruindo e fortalecendo a nossa comunidade para podermos sobreviver numa sociedade racista.”*

*(Abdias do Nascimento)*

## RESUMO

Por mais de 300 anos o Brasil conviveu com o processo de escravização imposto pelas relações comerciais da Europa que à época anterior a 1500 expatriava o continente africano através do transito transatlântico, esse trafico transportou o mundo negro africano para cá, tendo este resistido até a presente data, configurando o modo de vida de diversos territórios afro-brasileiros a exemplo das comunidades e povos de matrizes africanas. Sobre este cenário, aborda-se neste artigo o Candomblé como lugar radicado das dinâmicas culturais e civilizatórias do legado africano na diáspora brasileira, desejando refletir sobre suas contribuições epistemológicas localizadas a partir do pensamento afrocêntrico. Para tanto, abordou-se a ancestralidade como categoria analítica afrocêntrica para a compreensão do conceito de filosofia africana. De acordo com Santos (2008) “a ancestralidade é o movimento transitório da sabedoria, no qual os mais velhos passam aos mais novos todos os conhecimentos, o pensamento filosófico, a ética, e todos os fundamentos essenciais para a preservação da cultura e da tradição”. Em seguida abordou-se o Axé como categoria analítica afrocêntrica para a compreensão do conceito holístico de lugar. Para esta compreensão teceu-se inicialmente uma abordagem no tocante as configurações da dominação eurocêntrica no Brasil. Em seguida, abordou-se a gênese e a dinâmica da ideologia do racismo como metodologia de desumanização, instrumentalizada pela violência dos corpos e das mentes dos povos racializados conduzindo a sua decomposição ontológica e consolidação da dominação eurocêntrica. Como proposta de fundamentação epistemológica para a problemática da dominação apresentada compreendeu-se o imperativo do resgate da memória ancestral africana.

**Palavras-chave:** Afrocentrismo - Brasil. Candomblé - Brasil - História. Filosofia africana. Nacionalismo e memória coletiva.

---

<sup>1</sup> Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Matheus Benedicto.

<sup>2</sup> Bacharel em Humanidades e formando do curso de licenciatura plena em Ciências Sociais pela UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

## ABSTRACT

For more than 300 years, Brazil lived with the enslavement process imposed by the commercial relations of Europe that, at the time before 1500, expatriated the African continent through the transatlantic transit, this traffic transported the black African world here, having resisted until today date, configuring the way of life of several Afro-Brazilian territories, like the communities and peoples of African origin. In this context, Candomblé is addressed in this article as a place rooted in the cultural and civilizing dynamics of the African legacy in the Brazilian diaspora, wishing to reflect on its epistemological contributions based on Afrocentric thinking. For that, ancestry was approached as an Afrocentric analytical category for understanding the concept of African philosophy. According to Santos (2008) “ancestry is the transitory movement of wisdom, in which the oldest pass on to the youngest all knowledge, philosophical thought, ethics, and all the essential foundations for the preservation of culture and culture and tradition”. Then Axé was approached as an Afrocentric analytical category for understanding the holistic concept of place. For this understanding, an approach was initially taken regarding the configurations of Eurocentric domination in Brazil. Then, the genesis and dynamics of the ideology of racism was approached as a methodology of dehumanization, instrumentalized by the violence of the bodies and minds of racialized peoples, leading to their ontological decomposition and consolidation of Eurocentric domination. As a proposal for an epistemological foundation for the problem of domination presented, the imperative of rescuing African ancestral memory was understood.

**Keywords:** African philosophy. Afrocentrism - Brazil. Candomblé - Brazil - History. Nationalism and collective memory.

## 1 INTRODUÇÃO

Contrariando a imposição e a crença dos traficantes escravocratas e colonizadores europeus, no tráfico transatlântico de povos africanos escravizados no Brasil não embarcaram nos tumbeiros corpos vazios, desumanizados e desalmados, somente para servirem como peças ou força de trabalho. Mulheres, homens e crianças de diferentes grupos socioculturais e linguísticos, traficadas e escravizadas no Brasil, carregavam em seus corpos, memórias e ancestralidades suas particularidades plurais constituídas pela unidade cultural africana: culturas, ontologias, filosofias, epistemologias, cosmologias, modos de ser, ver, viver, sentir o mundo. Em suas mentes coexistiam suas memórias ancestrais.

Tais processos foram fixados, reconfigurados, ressignificados, reinventados ou reinterpretados na experiência afrodiaspórica recriando pequenas Áfricas em diversos quadros de vida afrodescendentes no Brasil, com no caso do Candomblé. Estes modos de vida radicados pelas cosmologias, filosofias e epistemologias dos quilombos, Candomblés, sambas e capoeira mantiveram e “ressemantizaram” a composição ontológica da humanidade africana, legando um modo de vida particular na sociedade brasileira. Este legado deixou suas marcas nas ruas,

festividades, culinária, manifestações culturais, expressões artísticas, em todos os lugares onde se constituía a vida cotidiana da população negro africana.

No entanto, Abdias do Nascimento (1978), compreende que a estrutura do racismo como aporte a dominação eurocêntrica para consolidação da colonização, do tráfico e da escravização se dedicaram a promover o apagamento desta memória ancestral africana. A cultura africana foi condicionada ao lugar de inferior, pitoresca, boçal e primitiva. Este apagamento como tática de dominação buscou esvaziar os povos africanos dos seus princípios culturais estruturantes, dos sentidos e significados que lhe atribuem especificidades humana e da sua localização psicológica e sociocultural. Dessa forma, os povos dominados se encontram culturalmente alienados e folclorizados, reescritos a partir da localização psicológica e sócio cultural da cultura hegemônica branca eurocêntrica.

Desta escamoteação do esvaziamento chegamos ao ponto máximo da técnica de inferiorizar a cultura afro-brasileira: a sua folclorização[...] A cultura africana posta de lado como simples folclore se torna em instrumento mortal no esquema de imobilização e fossilização dos elementos vitais. Uma sutil forma de etnocídio. Todo o fenômeno se desenrola envolto a uma aura de subterfúgios, e manipulações, que visam mascarar e diluir sua intensão básica, tornando-o ostensivamente superficial. (NASCIMENTO, 1978 p. 119).

Molefi Asante (2009), entende que a dominação eurocêntrica subjuga o legado cultural e civilizatório africano buscando inferir sobre sua humanidade. Dessa forma, Asante postula ser imperativo a noção de afrocentricidade como princípio epistemológico e metodológico fundante ao resgate e o autocontrole da humanidade africana pelos africanos. A centralidade epistemológica a partir do lugar da cultura branca hegemônica impede que o africano possua conscientização sobre sua agência enquanto africano e, de igual forma, agência sobre sua humanidade.

A ideia afrocêntrica refere-se essencialmente à proposta epistemológica do lugar. Tendo sido os africanos deslocados em termos culturais, psicológicos econômicos e históricos, é importante que qualquer avaliação de suas condições seja com base em uma localização centrada na África e sua diáspora. Começamos com a visão de que a afrocentricidade é um tipo de pensamento prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria linguagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos. (ASANTE, 2009 p. 93).

Asante, 2009, apresenta que: “Afrocentricidade é a conscientização sobre a agência dos povos africanos” e “a agência é a capacidade de dispor de recursos psicológicos e culturais necessários para o avanço da liberdade humana”. (ASANTE, 2009 p.94). Para o autor, este é caminho para alcançar a reorientação e a recentralização do africano sobre seus próprios signos

culturais e princípios civilizatórios a partir do seu lugar, das suas realidades, contextos, histórias e especificidades.

A afrocentricidade é uma questão de localização precisamente porque os africanos vêm atuando na margem da experiência eurocêntrica. Muito do que estudamos sobre a história, a cultura, a literatura, a linguística, a política ou a economia africanas foi orquestrado do ponto de vista dos interesses dos europeus. Quer se trate de economia, quer de história, política, geografia ou arte, os africanos têm sido vistos como periféricos em relação às atividades tidas como “real”. (ASANTE, 2009.p. 93).

Dessa forma, compreende-se que o Candomblé como lugar radicado da memória ancestral africana, pode oferecer fundamentos epistemológicos dialógicos a os pensamentos, práticas e perspectivas da afrocentricidade como imperativo do povo negro para o resgate de sua memória ancestral africana e superação da colonialidade eurocêntrica. A partir das cosmologias e filosofias do Candomblé entende-se a dinamicidade da ancestralidade e do *Axé* como princípios estruturantes do seu arcabouço cultural.

Sobre esta perspectiva, a ancestralidade pode ser concebida como uma categoria analítica afrocêntrica que permite compreender o movimento entre filosofia e cultura, seja na busca pela compreensão da realidade ou nos caminhos para sua produção. Dessa forma, a ancestralidade coexistente enquanto constituinte da humanidade pelo movimento interativo do *Axé*. O princípio do *Axé* pode então, ser concebido como uma categoria analítica afrocêntrica para a compreensão do conceito holístico de lugar interativo entre as dimensões transcendente, imanentes, humanas e naturais.

## **2 BREVES APONTAMENTOS SOBRE AS CONFIGURAÇÕES DA DOMINAÇÃO EUROCÊNTRICA NO BRASIL**

Três evidentes fatos históricos que conjugam o continente Africano e o Brasil são, indubitavelmente: as nefastas experiências seculares e sistemáticas da colonização eurocêntrica em ambos os territórios em diferentes momentos; do tráfico euroescravocrata de povos africanos para o Brasil e a escravização africana no Brasil. Estas experiências estiveram, antes de tudo, ancoradas na ideologia do racismo, constituído pela alteridade cultural e fenotípica ao olhar eurocêntrico. De forma contínua, o tráfico de povos africanos alimentou a escravização que alimentou a colonização, sendo então, o sustentáculo de um sistema de dominação e exploração. Abdias do Nascimento (1982), apresenta que:

Desde a fundação da colônia do Brasil em 1500, até hoje, os africanos e seus descendentes têm sido a maioria da nossa população – hoje constituímos 80 milhões dentro de uma população total de 120 milhões. Constituímos a maior comunidade negra fora da África; o maior país negro do mundo, com a única exceção da Nigéria. (NASCIMENTO, 1982 p. 25).

Esta experiência conjugada se estruturou principalmente a partir da: escravização; do tráfico transatlântico; da exploração de matérias primas; da monocultura da cana de açúcar; da expropriação territorial; da aculturação; da assimilação; da violência; da desumanização e da dominação. Dessa forma, estas práticas promoveram sistematicamente a hegemonia eurocêntrica e articulou uma economia global que elevou o enriquecimento e a supremacia dos Estados europeus e de seus cidadãos plenos ao mesmo tempo em que assolou os territórios colonizados e os povos que neles vivem.

Os anais sobre a história da humanidade apresentam que, a colonização de povoamento ou de exploração, a escravização em contexto de guerra ou expansão imperial e o trânsito de pessoas escravizadas de um território para o outro, foram práticas experimentadas em muitas civilizações de forma pontual, contextual ou conjuntural. Contudo, a colonização como um empreendimento, a escravização como uma economia global de mercado internacional sendo ambas alimentadas por um tráfico humano organizado de forma intercontinental e contínuo durante mais de três séculos, jamais havia sido experimentado nos anais da humanidade. Fundamentado sobre a hierarquização racial estes fatores historicamente articulados constituíram um engendramento sistêmico de dominação eurocêntrica.

Ubiratan Castro (2000) em: “A Baía de Todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente”, apresenta que a territorialidade histórico-cultural à que se compreende grande parte do território brasileiro, foi aporte e cenário fundamental para a consolidação deste engendramento de dominação eurocêntrica, desde o primeiro quartel do século XVI. Sendo um dos maiores centros deste gigantesco e complexo sistema, o Brasil foi o maior receptor do tráfico transatlântico de povos africanos escravizados nas Américas, uma das principais porta de entrada e saída de um fluxo de produtos, comércios, pessoas e culturas.

Desde os primórdios do engendramento sistêmico de dominação eurocêntrica, os povos africanos e afrodiáspóricos foram acometidos por complexas formas de violência orquestradas pelo princípio da alteridade da ideologia do racismo sobre sua humanidade, ou seja, sobre suas formas biotípicas e culturais de ser. No Brasil, essa violência complexa promoveu diversificadas perseguições, opressões e repressões por parte do Estado brasileiro e pelos cidadãos de direito que compõe a cultura hegemônica branca eurocêntrica, operante e norteadora desta sociedade.

Sobre este prisma, a ideologia do racismo delineou contornos segregacionista e/ou integracionista em diferentes contextos do engendramento sistêmico de dominação eurocêntrica. Em sua expressão segregacionista repudia violentamente a ontologia e a unidade cultural africana, a miscigenação, o interculturalismo, a participação da população negra na vida social, a possibilidade da população negra de direito à cidadania e banaliza a vida negra. Em sua expressão integracionista, dissimula a ideologia do racismo a partir de uma pseudo aceitação dos aspectos repudiados pela expressão segregacionista, construindo de forma igualmente violenta o mito de uma democracia racial<sup>3</sup>. Abdias do Nascimento defende que:

O mito da ‘democracia racial’, mantém uma fachada despistadora que oculta e disfarça a realidade de um racismo tão violento e tão destrutivo quanto aquele dos Estados Unidos ou da África do Sul. A ‘democracia racial’ funciona num nível teórico e prático, fornecendo as justificações da contínua e sistemática opressão e miséria das massas negras. (NASCIMENTO, 1982 p. 29).

A ocorrência histórica deste sistema de dominação, influenciou os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais nos territórios dominados e na construção de suas sociedades pós-moderna. A continuidade deste sistema de dominação reorganizado de outras formas ou em outros contextos histórico-sociais, promovem a concepção da “colonialidade” eurocêntrica em tempos atuais. Esta “colonialidade”, entretanto, segue estruturada pela ideologia do racismo aliançada à perspectiva capitalista, garantido o domínio eurocêntrico nos territórios, nos corpos, nas mentes e nos aspectos da vida social, política, econômica e cultural.

No Brasil, segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 56,10% (IBGE, 2019) da população é autodeclarada preta ou parda que, de acordo com suas definição de cor e raça, a cor preta e parda compõe a raça negra. Como apontam as compreensões historiográficas, sociológicas e antropológicas, a população negra é descendentes dos povos africanos escravizados.

Muito embora corresponda à maioria da população do país, o povo negro não figure reconhecidamente na configuração do Brasil enquanto nação, mesmo sendo esta nação construída com o sangue, o suor e a cultura do povo negro escravizado, desumanizado e subalternizado. Como nos apresenta Januário Garcia: “Existe uma história do povo negro sem o Brasil, mas não existe uma história do Brasil sem o povo negro”.

---

<sup>3</sup> Sobre os aspectos segregacionista, integracionista, ver: CUZ, Natalia dos Reis. O integralismo e a questão racial. A intolerância como princípio. Tese apresentada ao curso de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Área de concentração: História Política. Orientação: Profª Drª Márcia Motta. Niterói, 2004.

Marco Aurélio Luz (2011), compreende que, no Brasil, a perpetração da ideologia do racismo foi, desde sempre, operante na promoção do apagamento dos princípios culturalmente estruturantes e valores civilizatórios que remontam a unidade cultural africana. Seja nos aspectos mais generalizados ou nos mais específicos, a ideologia do racismo impôs e instrumentalizou uma “ideologia do recalque” às culturas negras e ao modo de vida africano. Dessa forma, a “ideologia do recalque” esteve historicamente aliançada ao esforço de rechaçar ou dissipar a herança do legado civilizatório africano para a humanidade.

Inalienado à esses processos históricos, no Brasil, a população de pele, raça ou etnia branca, ocupam majoritariamente espaços de representatividade, de poder político e econômico, cargos de liderança, as classes abastadas, possuem acesso à aparelhos culturais, a educação de excelência e a hegemonia cultural e epistêmica.

[...] o Brasil se cristalizou numa sociedade onde uma minoria de europeus tem mantido, através de séculos, o monopólio do poder, do bem-estar material, da educação e do prestígio social. Uma estrutura e uma estratégia de dominação racial tão bem estabelecida, tão eficaz e poderosa, que tem permanecido inalterada através de todas as transformações sócio-políticas e econômicas do país.” (NASCIMENTO, 1982 p. 25).

Como contraponto, a população negra marca expressivamente os índices de homicídio por arma de fogo, de população carcerária, de população de rua, do analfabetismo, do desemprego, da pobreza extrema e dos trabalhos subalternizados ou informais<sup>4</sup>. Como ensina Lélia Gonzalez: o povo negro no Brasil ocupa uma “cidadania de segunda classe”.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública em seu levantamento de 2017, apresentou que 63,6 % da população carcerária no Brasil é autodeclarada preta e parda<sup>5</sup>. Em 2015, a FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas e a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social do Município de São Paulo, apresentaram que 70% dos moradores de rua da capital são negros<sup>6</sup>. De acordo com a ONU – Organização das Nações Unidas (2017), 23.100 jovens negros morrem assassinados por ano no Brasil, 63 por dia e um a cada 23 minutos. A ONU apresenta ainda o dado segundo o qual, os jovens negro são assassinados três

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/11/20/consciencia-negra-numeros-brasil/> acesso em 25/01/2020.

<sup>5</sup> Dados obtidos pelo: Levantamento nacional de informações penitenciária. Atualização: Junho, 2017. Organização: Marcos Vinícius Moura. Ministério da Justiça e Segurança Pública: Departamento Penitenciário Nacional. Brasília, 2019.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.almapreta.com/editorias/realidade/populacao-em-situacao-de-rua-e-o-interminavel-14-de-maio-o-dia-pos-abolicao>

vezes mais que jovens brancos e 56% da população brasileira reconhece que: “a morte violenta de um jovem negro choca menos a sociedade do que a morte de um jovem branco”<sup>7</sup>.

O panorama apresentado por estes dados atuais, desvelam e certificam aquilo que o mito da democracia racial tenta dissimular desde sempre: de forma histórica e continuada a ideologia do racismo não somente coexiste na sociedade brasileira, bem como provoca danos estruturais nos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais da população negra no Brasil. Abdias do Nascimento no ano de 1982, reitera esta perspectiva e possibilita a compreensão acerca da continuidade destes danos ao povo negro quando confere a denúncia, segundo a qual:

A ‘democracia racial’, contudo, não conseguiu até agora esconder as favelas, cortiços, mocambos, alagados: as várias manifestações dos *ghettoes* afro-brasileiros. Tampouco consegue esconder a efetiva discriminação racial existente no mercado de trabalho e emprego, e nem o fato da constante e racista violência policial sofrida pela comunidade negra. Essa democracia racial não pode negar que a grande maioria de presos ‘comuns’ são negros, presos por razões políticas: por crimes de subsistência resultantes das péssimas condições de vida impostas pelo racismo e o capitalismo monopolista, ou simplesmente pelo crime de ser negro. (NASCIMENTO, 1982 p. 30-31).

Dessa forma, compreende-se que a desigualdade no Brasil possui genuinamente uma conformidade racial, originária no engendramento sistêmico de dominação eurocêntrica e sustentada pela ideologia do racismo. Fixada sobre um complexo de violência que atinge os corpos e as mentes dos povos racializados, a ideologia do racismo possui precedentes históricos e científicos que cindiram profundamente marcas perniciosas nos povos e sociedades acometidos por esta ideologia e dominação.

Dessa forma, o problema da desigualdade no Brasil não se funda na pósmodernidade com a revolução industrial e o avanço do capitalismo, tampouco, se restringe a dimensão social ou da luta de classe. A desigualdade no Brasil, antes de ser um problema de classe é, sobretudo, um problema de raça e desumanização, antes de ser um problema somente social é um problema de raiz cultural.

Os povos que foram furtados da possibilidade de centralizarem-se a partir do seu eixo epistemológico e se fundar existencialmente sobre a raiz ontológica dos princípios culturalmente estruturantes e valores civilizatórios de suas origens ancestrais, padecem racialmente dominados nos aspectos culturais, epistemológicos, sociais, políticos e econômicos.

---

<sup>7</sup> <http://vidasnegras.nacoesunidas.org/> acesso em 25/01/2020.

Nesse sentido, a concepção da ideologia do racismo não deve ser reduzida somente à uma ação interpessoal, conjuntural ou ocasional mas, acima de tudo, deve ser compreendida como uma construção sistêmica e estrutural, destarte, é determinante e basilar das relações humanas nas sociedades em nossa contemporaneidade.

### **3 DESUMANIZAÇÃO COMO METODOLOGIA DA DOMINAÇÃO**

Em consonância com o pensamento de Carlos Moore (2007), no clássico: “Racismo e Sociedade”, o racismo possuiria sua gênese ainda na antiguidade a partir dos primeiros encontros conflituosos entre os povos leucodérmicos do berço setentrional - Europa e Oriente Médio Semita e melanodérmicos do berço meridional – África. Nesse contato, os povos setentrionais assentados nas alteridades culturais e fenotípicas, constituíram uma consciência simbólica que racializou os povos meridionais.

Esta alteridade subjugou a humanidade dos povos melanodermicos categorizando-os como racialmente inferiores, primitivos e incivilizados. De concepção maniqueísta, esta alteridade concebeu uma hierarquização racial, na qual os povos leucodérmicos seriam racialmente superiores, humanamente evoluídos e civilizados. A consciência simbólica da alteridade constituinte deste proto-racismo, produziu como substrato a ideologia do racismo na modernidade. Compreende-se, portanto, que ideologia do racismo possuiu como princípio fundante a desumanização dos povos racializados, tanto em termos biológicos quanto em termos culturais.

Ganhando chancela científica pela episteme eurocêntrica na modernidade e na pós-modernidade, a ideologia do racismo ultrapassa a dimensão do campo prático agregando conformidades teórico-metodológicas. Possuindo como referência a cientificidade cartesiana, iluminista e renascentista, estas epistemologias promoveram a hegemonia científica eurocêntrica. Esta hegemonia científica, rechaçou a contribuição epistemológica dos povos africanos para a humanidade, depreciando e desprezando as formas de produção de conhecimento do sistema cultural negro-africano. Abdias do Nascimento compreende que:

A história dos povos negros registra a falsidade do chamado ‘universalismo’ e da ‘objetividade’ das ciências que nos rotularam como inferiores e nos fizeram escravos por natureza. O povo negro requer um conhecimento científico que o permita formular, teoricamente, de maneira consistente e sistemática, sua experiência de quase cinco séculos de opressão e resistência. (NASCIMENTO, 1982 p.32).

Dessa forma, o sistema cultural negro-africano não é reconhecido ou contemplado no arcabouço conceitual e teórico-metodológico da produção de conhecimento científico. De forma universalista, o arcabouço eurocêntrico promove o apagamento ou ignora as singularidades e as demandas emergentes dos povos africanos. Os padrões universais epistemológicos, impostos pela produção de conhecimento eurocêntrica, atuam de forma coerciva sobre as especificidades e subjetividades dos povos racializados. Sob esta conjuntura, os povos racializados são furtados da possibilidade de usufruírem plenamente ou de conhecer livremente sobre sua história, seu lugar e sua produção de conhecimento.

Não obstante a isso, a produção epistemológica com base na ideologia do racismo camufla, fundamenta e legitima cientificamente a violência e a dominação eurocêntrica sobre os corpos e as mentes dos povos dominados. Percebe-se, portanto, a profusão desta produção epistemológica, através de teorias científicas como o evolucionismo, a miscigenação, o genocídio, as teorias segregacionistas e assimilacionistas, as políticas de branqueamento, o mito da democracia racial ou luso tropicalismo. Essas teorias atuam na consolidação da ideologia do racismo inferiorizando a humanidade africana ou encontrando justificativas para exterminar biológica e culturalmente. Sobre os mesmos termos, essas teorias consolidam a superioridade da humanidade eurocêntrica.

As teorias científicas da época diziam que o negro permaneceria para sempre como motivo básico da nossa inferioridade como povo. Era necessário acabar com ele. A literatura política daquele tempo é muito explícita neste sentido. E assim começa o genocídio, nesse século, do povo negro no Brasil, de duas maneiras: através da liquidação física, inanição, doença não atendida, e brutalidade policial; mais sutil é a operação da miscigenação compulsória. Esta política demográfica, pregada como ideal social pelas camadas dominantes, dita como o cidadão brasileiro atinge os direitos civis e humanos, a ascensão na escala sócio-econômica, enfim, a sobrevivência física e econômica, somente na medida em que ele atinja as características do branco, na cor da pele, nos traços somáticos e no comportamento social, não importando sua competência profissional, seu caráter ou inteligência (NASCIMENTO, 1982 p. 27)

Dessa forma, a desumanização, alicerçou a hierarquização racial, a hegemonia cultural, a apropriação territorial, o controle político e o monopólio econômico dos povos brancos sobre os povos negros. Nesse sentido, a desumanização foi a principal metodologia empregada para endossar a supremacia da branquitude eurocêntrica sobre os povos africanos. Em movimento cíclico, a alteridade fundamenta a ideologia do racismo que legitima a desumanização dos povos negros esta, por sua vez, justifica a dominação que reafirma a humanização dos povos brancos que afirma a desumanização dos povos negros.

Conjugada aos anseios impetuosos de dominação dos povos europeus, a consciência simbólica da alteridade, a ideologia do racismo e a desumanização dos povos africanos possibilitaram e articularam: o empreendimento colonial eurocêntrico; o tráfico organizado, internacional e contínuo de povos africanos e a escravização como ordem econômica global de mercado internacional. A ocorrência histórica e conjugada dessas práticas teceram de forma secular, contínua e ainda recorrente: o engendramento sistêmico de dominação eurocêntrica.

Nesses termos, a desumanização, com efeito, instrumentalizou este engendramento sistêmico de dominação eurocêntrica, que logrou na violência sua principal ferramenta para a desumanização. Considerando que a desumanização está tanto para os aspectos biológicos e culturais, esta violência foi perpetrada pelas práxis da objetificação e da aculturação assimilacionista. Portanto, esta violência deve ser compreendida em sua dimensão ambivalente física e psíquica, sobre as quais se retroalimentam de forma interdependente e inter cruzada, formando um ciclo contínuo de violência ambivalente.

À massiva entrada de imigrantes europeus se aliou uma política sistemática de impor uma compulsão social para miscigenar, embranquecer a população; ao mesmo tempo, as massas negras foram abandonadas nas mais pobres e impossíveis condições de vida, do que resultou sua altíssima taxa de mortalidade. Resultado: uma população progressivamente mais branca, sobretudo nas áreas urbanas ao sul do país. Contudo, a imensa maioria da população brasileira, confinada nas áreas rurais e nas favelas, cortiços, alagados, mocambos e conjuntos residenciais urbanos, continua negra; uma persistente, irritante maioria que insiste em sobreviver apesar do explícito desejo contrário das classes dirigentes. (NASCIMENTO p.28)

Na dimensão física, a violência se alicerçou na práxis da objetificação dos corpos negros. Esta práxis desumanizou os povos racializados considerando-os mercadorias, logo, uma propriedade. Enquanto propriedade dos brancos, os corpos negros estiveram expostos ao uso incondicional suscetíveis as agressões, as torturas, a morte, ao estupro, a miscigenação compulsória e por assim ser, ao genocídio. De forma cognitiva, a práxis da objetificação instaurou o terror e o medo provocando a resignação e a debilidade daquele que se intentou dominar.

A colonização, do tráfico e a escravização por si só, a práxis da objetificação e a dimensão da violência física desses processos, já seriam suficientes para deixar sequelas perniciosas *ad eternum* na dimensão psíquica dos povos desumanizados. Para esta concepção, basta exemplificar com a expropriação territorial, o genocídio, o controle político, o aprisionamento, as condições inumanas de sobrevivência, a tortura, o açoite, o estupro, ou ainda, pelas tecnologias, engenharias e metodologias pensadas, arquitetadas e produzidas exclusivamente para controlar, torturar e aprisionar os povos escravizados e traficados.

Na dimensão psíquica, a violência se alicerçou na práxis da aculturação assimilacionista das mentes. Esta práxis desumanizou os povos racializados a partir da aculturação coerciva e da assimilação compulsória. De forma cognitiva, esta práxis incutiu o padrão universalista eurocêntrico de humanidade, gerando nas formas não eurocêtricas de humanidades, a repulsa odiosa ou o apagamento de sua própria humanidade e a adoração e preservação condicionada à humanidade eurocêntrica.

Nesse sentido, perpetra-se o ciclo contínuo de violência ambivalente quando a violência empregada na objetificação que degrada os corpos aflige as mentes, ao mesmo passo em que, a violência empregada na aculturação assimilacionista que afligi as mentes degrada os corpos. Em uma dimensão, a violência física nutre a violência psíquica, em outra dimensão, a violência psíquica naturaliza a violência física. Ambas as dimensões retroalimentadas e ratificadas pela ideologia do racismo, contribuem para consolidação do engendramento sistêmico de dominação eurocêntrica.

A ideologia do racismo legitima o ciclo contínuo de violência ambivalente e por ele é perpetuada. Na mesma medida em que a desumanização dos povos africanos ocorreu tanto na dimensão biológica quanto na dimensão cultural, a humanidade eurocêntrica foi reafirmada nos mesmos termos e dimensões. Esse processo acometeu, com requintes de barbárie, os corpos e as mentes dos povos colonizados, traficados e escravizados.

Contudo, compreende-se que os danos causados pela violência física e psíquica, não se encerrariam nos corpos e nas mentes desses povos quando os membros dos seus grupos viessem a óbito, tampouco, com o fim da colonização, do tráfico e da escravatura. Uma vez que um grupo humano segue histórica e sistematicamente dominado racialmente e violentado em sua dimensão física por outro, como conseguinte, seguem histórica e sistematicamente violentados na dimensão psíquica por esta ideologia do racismo em um ciclo contínuo de violência ambivalente e dominação racial.

Sueli Carneiro (2005), a partir do conceito de epistemicídio compreende: “a construção do outro como não ser como fundamento do ser”. Para a autora, o epistemicídio se configura como a morte da razão ou o sequestro da racionalidade dos povos racializados, sendo coexistem na negação da razão do Outro e na assimilação deste à razão hegemônica. O epistemicídio nega a existência ou a legitimidade epistemológica que compões a ontologia dos povos racializados.

Ao inferiorizar ou apagar as formas de conhecimento de um povo, inferioriza-se e apaga-se o próprio povo, destituindo-lhe da sua razão e da condição de alcançar ou produzir suas próprias ontologias, cosmologias, filosofias e epistemologias. Dessa forma, a desumanização, o esvaziamento ontológico e a destituição da razão do Outro constroem o Não-

ser, a construção do Não-ser endossa a existência do Ser pleno, o Outro então é concebido como uma “coisa que fala”.

A negação da plena humanidade do Outro, a sua apropriação em categorias que lhe são estranhas, a demonstração de sua incapacidade inata para o desenvolvimento e aperfeiçoamento humano, a sua destituição da capacidade de produzir cultura e civilização prestam-se a afirmar uma razão racializada, que hegemoniza e naturaliza a superioridade europeia. O Não-ser assim construído afirma o Ser. Ou seja, o Ser constrói o Não-ser, subtraindo-lhe aquele conjunto de características definidoras do Ser pleno: autocontrole, cultura, desenvolvimento, progresso e civilização. No contexto da relação de dominação e reificação do outro, instalada pelo processo colonial, o estatuto do Outro é o de “coisa que fala”. (Carneiro, 2005 p.99).

De forma crônica e obstinada, o engendramento sistêmico de dominação eurocêntrica, instrumentalizado pelo ciclo contínuo de violência ambivalente, pôs em detrimento os princípios culturalmente estruturantes e valores civilizatórios da unidade negro africana. Desta forma, perpetrou-se a supressão paulatina da composição ontológica do ser africano, sedimentada sobre: a dissociação da ancestralidade; a obliteração da história; o controle das epistemologias; a desintegração da territorialidade; a permissividade dos corpos; o domínio político e o monopólio econômico. Isto é: a “desagência” e a decomposição ontológica do ser africano.

Eu digo que nós possuímos um futuro a ser celebrado. Um futuro que nós construiremos, sobre as fundações de nossa própria experiência histórica. Não temos mais necessidade de imitar nosso opressor, ou de pedir emprestadas as suas filosofias, teorias e ideias. Chegou a hora em que os africanos podem substituir os sistemas de pensamento eurocêntrico pelos seus próprios [...] Nós, como descendentes de africanos desalienados do supremacismo branco assumimos a África como nosso centro vital. (NASCIMENTO, 1982 p.31-32)

Se o engendramento sistêmico de dominação eurocêntrica, esvazia ou dilacera a composição ontológica do povo negro no Brasil e assim domina-o, compreende-se que um caminho efetivo para a superação da “desagência” e da decomposição ontológica do ser africano seja a recuperação da consciência sobre sua agência, a recentralização do lugar epistemológico e o resgate da memória ancestral africana.

Para efetivar esta superação, se torna imperativo trilhar um caminho que conduza ao encontro de fontes epistemológicas de memória ancestral africana e delas se apropriar conscientemente. A despeito de serem fortemente acometidos pelo engendramento sistêmico de dominação eurocêntrica, os Quilombos e os Candomblés são lugares que resistem e (re)existem historicamente no Brasil como mananciais epistemológicos da memória ancestral africana na continuidade transatlântica.

Quilombos e Candomblés podem oferecer bases epistemológicas para a concepção de categorias analíticas afrocêntricas, possibilitando o reencontro do povo negro no Brasil com os princípios culturalmente estruturante de sua matriz civilizatória africana. Observando o sistema cultural do Candomblé, destaca-se a ancestralidade e o *Axé* como concepções que podem possibilitar a construção destas categorias analíticas afrocêntrica, por estes serem princípios dinamizadores de seu arcabouço cultural.

Eduardo de Oliveira (2012), apresenta que a ancestralidade vista pela perspectiva de uma categoria analítica, conduz a ressignificação dos signos e culturas possibilitando o movimento ao encontro do lugar epistêmico para compreensões outras acerca do conceito de filosofia. Este movimento pode restabelecer a localização psicológica do povo afrodiáspórico com a matriz africana.

A ancestralidade torna-se o continente africano, por um lado, e o território brasileiro africanizado, por outro. Por isso, meu regime de signos é a cultura de matriz africana ressemantizada no Brasil. Cultura, doravante, será o movimento da ancestralidade (plano de imanência articulado ao plano de transcendência) comum a esses territórios de referência. (OLIVEIRA, 2012 p.3)

Nesse sentido, a ancestralidade move a cultura e a cultura é a base epistemológica para a concepção da filosofia. A ancestralidade neste termos pode ser uma categoria analítica afrocentrada para a concepção de filosofias. Sendo a ancestralidade motriz dos princípios e valores do sistema cultural do Candomblé, pode-se tecer ressignificações analíticas no tocante ao conceito da filosofia a partir das bases epistemológicas do Candomblé.

#### **4 ANCESTRALIDADE COMO CATEGORIA ANALÍTICA PARA A CONCEPÇÃO DA FILOSOFIA AFRICANA**

As compreensões acerca da gênese morfológica do conceito de filosofia são, de forma convencional, universalizadas a partir de uma pseudo origem greco-romana. Esta filosofia é disseminada como padrão universal hegemônico de referência humana. Nesse sentido torna-se imperativo pensar uma reorientação acerca do conceito de filosofia, propondo uma concepção de filosofia no plural, uma compreensão de filosofias a partir do local e não do universal.

A despeito de toda e qualquer experiência humana, em qualquer espaço ou tempo que seja geradora de seus próprios valores civilizatórios e produção de conhecimento. A dominação

eurocêntrica impôs seus valores e princípios estabelecidos pela relação de poder, quando estes determinaram, classificaram, e aquilataram os valores e princípios considerando exclusivamente o seu próprio ponto de vista, ou seja, o ponto de vista que deve nortear o contexto de vida dos povos dominados.

Mogobe Ramose (2011) apresenta que a filosofia é antes de tudo uma produção da humanidade e, portanto, é produzida a partir da experiência humana de forma que qualquer grupo social produz, ao seu modo, a filosofia peculiar a sua realidade.

Sabe-se bem que, etimologicamente, filosofia significa amor à sabedoria. A experiência humana é o chão inescapável para o começo da marcha rumo à sabedoria. Onde quer que haja um ser humano, há também a experiência humana. Todos os seres humanos adquiriram, e continuam a adquirir sabedoria ao longo de diferentes rotas nutridas pela experiência e nela fundadas. Neste sentido, a filosofia existe em todo lugar. Ela seria onipresente e pluriversal, apresentando diferentes faces e fases decorrentes de experiências humanas particulares. De acordo com este raciocínio, a Filosofia Africana nasceu em tempos imemoriais e continua florescendo em nossos dias. (RAMOSE, 2011. P.08).

A urgência em torno da questão do fazer etimológico a partir das especificidades, é antes de tudo, a urgência do resgate da autoridade desse fazer, que historicamente é surrupiada pelo eurocentrismo, que atribuem para si a autoridade exclusiva de definir o significado e o conteúdo da forma de vida e dissertarem sobre realidade dos povos dominados.

O fundamento da questão pertence à autoridade; a autoridade de definir o significado e o conteúdo da filosofia (Jones, 1977-78, 157). O exercício desta autoridade situa a questão no contexto de relações de poder. Quem quer que seja que possua a autoridade de definir, tem o poder de conferir relevância, identidade, classificação e significado ao objeto definido. Os conquistadores da África durante as injustas guerras de colonização se arrogaram a autoridade de definir filosofia. Eles fizeram isto cometendo epistemicídio, ou seja, o assassinato das maneiras de conhecer e agir dos povos africanos conquistados. (RAMOSE, 2011. P.08).

A colonialidade herdada do empreendimento colonial, estabelece o modelo padrão e universal de vida e de ser humano de forma exclusiva, centralizadora e balizadora ignorando a pluriversalidade peculiar na originalidade ontológica do ser humano. Este padrão universal fomenta a execração e o repúdio a um suposto “Outro” ou a qualquer outra forma de agir ou pensar que ameace, pela sua alteridade as convenções restritas e particularistas da cultura hegemônica.

Esta é a peculiaridade do esforço de suprimir e mesmo eliminar a pluriversalidade do ser. Esta é a base para o questionável e equivocado conceito de “universalidade”, conforme ilustrado acima. Reivindicar que só há uma filosofia “universal” sem

cultura, sexo, religião, história ou cor, é afirmar que a particularidade é um ponto de partida válido para a filosofia. (RAMOSE, 2011. P.11).

Dessa forma, o princípio da pluriversalidade contida nas especificidades, desponta como um caminho efetivo para o entendimento da reconstrução ontológica do ser nas sociedades dominadas. A partir desta reconstrução tonificam-se as especificidades do ser e constitui-se de fato o conhecimento aprofundado no cerne da ontologia em busca do conhecimento.

Trata-se de uma tentativa de reivindicar para os protagonistas da exclusão o direito de ser o solo determinante do significado da experiência, do conhecimento e da verdade para todos. Reivindicar a posse da chave para o conhecimento deste modo é pretender possuir o poder de determinar o destino dos outros. Isto constitui a filosofia como um terreno prático e intelectual de luta pelo poder sobre as vidas e destinos dos outros. Neste contexto, a filosofia não se torna inquietação. Ao invés disso, ela é revelada como a necessidade ontológica de continuar a ser. O desdobramento dessa necessidade pode, na prática, fornecer recursos para várias formas de violência (Burggrave, 2002, 44-45). O esforço humano para prevenir a violência que leve a morte lenta ou imediata traz a obrigação moral de reconhecer a legitimidade da necessidade ontológica de continuar a ser. (RAMOSE, 2011 p.12).

Para que se possa buscar o conceito de autoridade acerca das epistemologias, filosofias e cosmo visão é desejável e pertinente o enfrentamento de um processo de reconstrução da história. É preciso considerar a verdade sobre os processos históricos, sociais e culturais construídos a partir das narrativa das experiências e trajetória de vida tecidas por seus sujeitos autóctones.

Esse processo deve considerar o resgate da memória ancestral e a dinâmica social de um determinado povo para a melhoria da qualidade de vida dos seus sujeitos. A partir da autoapropriação ou reapropriação de seus princípios e valores, será possível buscar o despertar identitário dos sujeitos sociais através dos contextos científicos, histórico, culturais e ou sociais.

Uma das razões pelas quais Ama Mazama (2003) clamou por um imperativo afrocêntrico é o fato de termos estado muito ocupados em redescobrir a Europa para ultrapassar as estruturas tradicionais do ocidente. Nosso objetivo como intelectuais é fornecer a análise mais válida e valiosa possível dos fenômenos africanos. Isso significa que devemos abandonar muitos elementos da pesquisa histórica particularmente sua exagerada ênfase nos textos escritos, e introduzir novas maneiras de deslindar o significado da vida dos africanos nas favelas do Rio de Janeiro e nos subúrbios abastados de Lagos. (ASANTE, 2009,p. 105).

Ao assumir a autoridade sobre sua vida, os sujeitos racializados e subalternizados tem a possibilidade de desnudar a dominação dos grupos hegemônicos e a continuidade da dominação eurocêntrica; a partir da intensificação a luta política pelo controle epistêmico de suas sociedades valorizando seus contextos, suas localizações, suas realidades e

especificidades. Contemplando assim o ser humano em sua totalidade pluralista e em suas especificidades e, com isso, buscar a emancipação da sua mente aprisionada pela colonialidade.

Eduardo de Oliveira (2006) entende que, algumas produções científicas na pósmodernidade de certa forma tenham reconhecido a necessidade de descerrar os véus das grandes narrativas, das certezas das ciências e das grandes verdades filosóficas. Contudo, ainda permanece implícito no imaginário social e explícito nas produções acadêmicas a ideia consensual segundo a qual o conhecimento mantém uma universalidade, pois ainda há uma crença na supremacia da episteme grega.

Oliveira compreende as epistemologias como fontes de produção de significados e signos concernentes ao “jogo de sedução que a cultura é capaz de promover”. Cada cultura produz seus signos e estes podem ser mais ou menos “desterritorializados” de acordo com o contexto em que surgiram e se multiplicaram.

A cultura se constitui no modo de apreensão do real, e o real constitui-se como singularidade. Ora, o modo pelo qual eu apreendo o real depende da percepção que tenho da singularidade. Depende, sobremaneira, do observador que observa e não do que é observado. Os objetos do mundo não são independentes do observador; “não precisamos de um mundo de objetos para fazer explicações científicas”, dirá Maturana (2002, p. 82). Até porque, segundo o autor, os objetos são frutos da linguagem. (OLIVEIRA, 2006. p. 17)

Aponta-se aqui a ancestralidade que na perspectiva do candomblé a mesma pode contribuir como categoria analítica para a compreensão da filosofia e do fazer epistemológico partindo da unidade cultural africana. Eduardo de Oliveira (2012) postula que: “a cultura é o movimento da ancestralidade”. Considerando que o real constitui a cultura e a cultura constrói a filosofia a ancestralidade é seu movimento motriz. Assim sendo, a ancestralidade é antes de tudo o princípio organizador das identidades e expressividades culturais negro-africana, reunindo os princípios e valores que regulam a vida e a dinâmica civilizatória africana no sistema cultural do Candomblé.

A unidade ancestral africana está presente em todas as partes do continente, tal como, nas suas diásporas. Esta unidade engendra o ciclo contínuo que se retroalimenta onde o todo está nas especificidades pluriversais e as pluriversalidades estão no todo. Esta unidade ancestral se expressa em todas as culturas ascendentes do continente africano transversalizadas pelos princípios culturalmente estruturantes e dinâmicas civilizatórias legado pela ancestralidade. Compreende-se que no Brasil, o Candomblé é um lugar radicado e difusor desta ancestralidade.

Retro-alimentada pela tradição, ela é um signo que perpassa as manifestações culturais dos negros no Brasil, esparramando sua dinâmica para qualquer grupo racial que queira assumir os valores africanos. Passa, assim, a configurar-se como uma epistemologia que permite engendrar estruturas sociais capazes de confrontar o modo único de organizar a vida e a produção no mundo contemporâneo. (OLIVEIRA, 2012. p. 22)

A ancestralidade africana se torna, também, signo de existência e resistência da população negra na continuidade brasileira, gestando um legado sociocultural e sociopolítico. A ancestralidade negro-africana, enquanto conceito analítico, é a gênese que açambarca e exprime os princípios estruturantes, valores culturais e dinâmicas políticas e sociais que constituem o *corpus* ontológico dos povos africanos. De acordo com Eduardo de Oliveira:

[...] a ancestralidade torna-se o signo da resistência afrodescendente. Protagoniza a construção histórico-cultural do negro no Brasil e gesta, ademais, um novo projeto sócio-político fundamentado nos princípios da inclusão social, no respeito às diferenças, na convivência sustentável do Homem com o Meio-Ambiente, no respeito à experiência dos mais velhos, na complementação dos gêneros, na diversidade, na resolução dos conflitos, na vida comunitária entre outros. (OLIVEIRA, 2012 p.3)

Desse modo, identificasse alguns princípios ancestrais estruturante da unidade africana presente e existente na continuidade afrodiáspórica brasileira, expressadas e vivenciadas no, e a partir, do Candomblé, a saber: circularidade, matrifocalidade, ancianidade, oralidade, corporeidade, gestualidade, instrumentalidade, irmandade, alacridade, territorialidade, altruísmo, mágica, indumentárias e a culinária.

Wanderson Flor (2016), compreende que estes princípios estruturantes são transcendentem na medida em que ultrapassam a dimensão da expressividade, do visível, do tangível, alcançando uma esfera cognitiva e metafísica. De igual forma, estes princípios são imanentes na medida em que (co)existem na vivência humana, notados nas espontaneidades, nos costumes, na forma de se ver, olhar e intervir no mundo. Os fundamentos cosmológicos, filosóficos e epistemológicos configuram um patrimônio imaterial partilhado pela herança legada da ancestralidade, que se perpetua através da oralidade em virtude da memória coletiva.

Nesse sentido, compreende-se que a ancestralidade movimenta a dinâmica entre os lugares: o transcendente e o imanente, a cultura e a natureza, o humano e o espiritual e a filosofia e o real. Tendo em vista o sistema cultural do Candomblé, o movimento da Ancestralidade se dinamiza a partir da noção de *Axé*. Esta noção de *Axé*, fundamenta a cosmologia do Candomblé possibilitando a compreensão da dinâmica interativa entre estes muitos lugares movidos pela ancestralidade.

## 5 O AXÉ COMO CATEGORIA ANALÍTICA PARA A CONCEPÇÃO DO CONCEITO HOLÍSTICO DE LUGAR ANCESTRAL

Axé é uma dimensão polissêmica que permeia o arcabouço, cosmológico, epistêmico e filosófico do Candomblé. Em linhas gerais pode-se traduzir *Axé* como: energia vital. O *Axé* é constituído a partir do movimento interativo, interdependente e inter cruzado da contração entre dois lugares coexistentes: o *Orun* – mundo metafísico sem limites o universo espiritual e ancestral e o *Ayé* – mundo físico com limites o universo natural e humano. O *Axé* é partilhado entre os mundos, entre as formas e entre os mundos e as formas. O *Axé* é trocado, dividido e restituído em movimento de circularidade contínua. O *Orun* coabita no *Ayé*, o *Axé* como energia vital é um “sangue ancestral”.

Acerca desta perspectiva, considera-se também como lugar as formas tangíveis ou intangíveis que coabitam o *Orun* e o *Ayé*: seres, lugares e elementos. Uma árvore pode ser um ancestral como no caso do *Iroko*<sup>8</sup>, de igual modo, *Ará* – corpo, *Orí* – cabeça/mente e *Emí* – espírito/ar compõe o ser humano de forma indissociável, inter-relacionada e equivalente. Compreende-se assim, que tudo que existe nos mundos, nos lugares e os lugares em si, são imanados por esta energia vital. Desta forma, para o sistema cultural do Candomblé tudo que possui *Axé*, de alguma forma ou em alguma dimensão possui vida. De acordo com Azoilda Trindade, o *Axé*...

É uma dimensão interessante, na medida em que revela a circularidade da vida, bem como a sua amplitude. Tudo tem energia vital, é sagrado e está em interação: planta, água, pedra, gente, bicho, ar, tempo. Todos os elementos se relacionam entre si e sofrem influência uns dos outros. Aqueles que conhecem o poder dessa energia vital já compreendiam, bem antes das pesquisas científicas de Lavoisier, que ‘na natureza tudo se transforma’. (TRINDADE, 2006, p. 98).

*Axé* também pode traduzir e atribuir sentidos e significados aos conceitos de: ser, ter, pertencer, dividir, existir, habitar entre outros. A dimensão polissêmica do *Axé* apresenta cosmovisões transversalizadas à estes conceitos que, dessa forma, podem possibilitar compreensões outras acerca de um conceito holístico de lugar. Tangente ao “pluriverso” semântico do sistema cultural do Candomblé, a concepção de *Axé* é ampla e complexa, sendo paradoxalmente estrutural em todas as formas de concebê-lo e conjuntural em algumas especificidades.

---

<sup>8</sup> Orixá cultuado no Candomblé de raiz Yorubá. O *Iroko* é representado ou cultuado na árvore Gameleira Branca. No Candomblé, chamasse a Gameleira Branca de *Iroko*.

Os princípios estruturantes que tecem as cosmologias, epistemologias e filosofias do Candomblé, transmuta da sua cosmovisão para sua práxis cotidiana, expressões conceituais como por exemplo: *Ilê Axé* – Casa de Candomblé; *Ariaxé* – lugar de fundamento e reverência no centro do *Ilê Axé*; plantar *Axé*; fundar o *Axé*; ter *Axé*; ser de *Axé* e meu *Axé*. Estas expressões que compõe a identidade linguística semântica do sistema cultural do Candomblé, podem fundamentar as bases para a compreensão do *Axé* como categoria analítica afrocêntrica sobre o conceito holístico de lugar. Júlio Braga diz que...

[...] o axé, que é uma coisa que está no ar, ou em todas as coisas (todos os elementos da natureza estão impregnados desta força positiva), o axé pode ser construído, você constrói seu axé. E plantar o axé, que é uma ação quase física, termina adquirindo uma noção metafísica. Você pode plantar seu axé, você planta as condições necessárias para o funcionamento do seu candomblé, mais isso também perpassa sua noção material e isso se transforma no axé construído por você. “O meu axé está plantado no meu terreiro”, é uma expressão de largo significado semântico. É como se você pudesse, nessa magicidade da universalidade do axé, participar da sua construção e reservar um pedaço dele como algo muito pessoal, sem perder seu caráter coletivo ou coletivizado, numa dimensão mais exígua, menor, quer dizer, é um axé que se associa apenas às pessoas daquela comunidade sem perder, contudo, sua contingência universal. (BRAGA, 2000, p. 166).

A expressão “ser de axé” é compreendida quando uma pessoa é integrada ao Candomblé ou a um *Egbé* – comunidade. Nesse sentido, uma máxima adotada pelo movimento de religiosidades de matriz africana ao enfrente do racismo religioso diz: “quem é de axé diz que é”<sup>9</sup>. Ser de axé nesse sentido, atribui uma noção identitária peculiar as nações do Candomblé frente aos demais grupos da cultura hegemônica eurocêntrica no Brasil.

Uma pessoa integrada ao Candomblé, assim o é, a um determinado *Ilê Axé* que, por sua vez, é estabelecido em dado lugar. Esta pessoa então, pertence a este lugar, a este *Egbé*, a esta família ancestral e a mesma energia vital partilhada entre os demais integrantes do *Egbé*. À exemplo disso, são triviais no Candomblé expressões como: “Eu sou do *Axé* do *Alaketu*”; “Minha família de *Axé* é do *Opó Afonjá*”; “Meu *Axé* é no bairro da Federação em Salvador” e “Hoje eu vou para o meu axé”.

Percebe-se portanto, que pertencer a um *Ilê Axé* corresponde a pertencer tanto em termos físicos como metafísicos. Uma pessoa que pertence a um *Ilê Axé*, pertence a energia vital deste *Ilê Axé*, da mesma forma, a energia vital deste *Ilê Axé*, constituída pela energia de todos os

---

<sup>9</sup> Movimento criado alusivo a semana de 20 de novembro em 2009 na cidade de Salvador, pelo Coletivo de Entidades Negras – CEN. Este movimento buscou mobilizar e sensibilizar pessoas integrantes de religiosidades de matriz africana no Brasil à assumir esta condição no senso que aconteceria no ano subsequente. Essa iniciativa foi motiva a partir da constatação de que, havia uma disparidade entre as pessoas autodeclaradas integrantes de religiosidades de matriz africana no senso passado, com o que visivelmente se constatava em termos práticos.

integrantes, pertence a esta pessoa tornando-se parte integrante de sua vida. Nestes casos, pertencer a um *Ilê Axé* atribui a noção de uma pertencimento ancestral e familiar sobre uma territorialidade.

Axé é uma expressão que perdeu no Brasil a relação direta com seu sentido etimológico para, aplicado, significar tudo que você possa perceber no contexto sagrado como força.” “... a expressão ganha um horizonte semântico sem fronteiras.” “... A aplicabilidade do termo axé, se faz em todo o espaço do campo religioso e, sem perder seu caráter universal pode ser usado para designar partes ou aspectos específicos deste mesmo campo. (BRAGA, 2000, p. 154). A expressão “Ter Axé” pode atribuir sentido a todas as outras, esta expressão corresponde a energia vital que habita naturalmente os seres, os lugares e os elementos. “Ter Axé” corresponde também a energia que cada forma desta adquiriu no movimento do Axé e passou a carregar com sigilo. As palavras proferidas, os alimentos, as plantas, as pessoas, os espaços, os animais e os objetos possuem e transmitem Axé. O Axé pode estar presente em tudo que foi submetido a um contexto ritualístico e adquiriu Axé ou tudo que naturalmente possui Axé e atribui Axé as outras formas nos mundos. Assim, percebe-se o movimento do Axé na contração do *Orun* e o *Ayé* com as formas tangíveis e intangíveis.

Ao macerar determinadas plantas para fins ritualísticos e fitoterápicos busca-se adquirir o Axé contido naturalmente nestas plantas. Ao banhar objetos em folhas maceradas deseja-se imantar estes objetos com Axé. De forma semelhante ao fato de uma filha carregar a genética da mãe, a *Yalorixá*<sup>10</sup> que adquiriu Axé durante a vida, ao iniciar a *Yaô*<sup>11</sup>, transmite a esta filha seu Axé. Ao realizar um *Ebô*<sup>12</sup>, busca-se a partir dos elementos tangíveis do *Ayé* e imanados de Axé, religar-se com o *Orun* restituindo o Axé entre os mundos para conceber do *Orun* a dádiva. Se uma pessoa deseja uma coisa boa a outra, e esta responde: “Axé!” isso significa a vontade de realização deste desejo.

[...]você pode ter o axé na matéria e no espírito. Se você é um atleta, você tem uma disposição olímpica, você tem axé, uma força que emana do seu corpo. Se você tem uma capacidade intuitiva que emana de outra capacidade sua, você também tem axé. Quer dizer, você passa da capacidade material para não material sem nenhum problema. (BRAGA, 2000, p. 156).

<sup>10</sup> Sacerdotisa que ocupa o maior posto hierárquico em uma casa de Candomblé. É a mãe de todos os filhos da casa. É considerada a mão dos orixás iniciados nos filhos da casa.

<sup>11</sup> Pessoa em período de iniciação. Quando uma pessoa se inicia no Candomblé ela permanece por sete anos como Yao.

<sup>12</sup> Ritual ou oferenda aos Orixás

Um *Ilê Axé* é por definição um lugar de *Axé*, que possui muitos lugares com muito *Axé*. Estes lugares são constituídos de histórias, memórias, cosmologias, epistemologias, filosofias, sentidos, significados e ensinamentos. *O Ilê da Oxum Apará, Ilê Axé* ao qual pertencço, fica situado no município de Itaguaí no Estado do Rio de Janeiro. *O Ilê de Oxum Apará*, possui quarenta e um anos de existência neste território, foi fundado em 1978 pelo *Babalorixá*<sup>13</sup> Jair de Ogum, conjuntamente com um grupo de filhos (a) de *Axé* – família ancestral –, que já o acompanhavam desde sua casa da Vila da Penha, no subúrbio carioca.

Os mais velhos iniciaram tudo que se tem hoje construído, plantaram as primeiras árvores, construíram os primeiros *rundemes*<sup>14</sup> e literalmente “plantaram o *Axé*”. Os mais velhos contam que, quando chegaram no território que corresponde ao *Ilê Axé*, encontraram uma região de pasto onde não existia uma única árvore plantada. Pode-se dizer que a área arborizada que correspondente ao *Ilê Axé* hoje se sobrepõe a área de construção arquitetônica.

No *Ilê da Oxum Apará*, vigora o ensinamento segundo a qual as crianças são a “raiz da casa”. Ancorado sobre a perspectiva da ancestralidade, a concepção de “raiz da casa” reafirma a noção de vínculo e pertencimento ancestral a uma territorialidade e a uma família. Esta noção de pertencimento, possibilita a continuidade do *Ilê Axé*, tanto no âmbito do *Orun* quanto do *Aye*, a partir do pertencimento holístico a um lugar e seus muitos lugares.

Como expressão desse sentimento de vínculo, pertencimento e continuidade na contração e coabitação entre o *Orun* e o *Aye*, cada pessoa que se inicia no *Ilê de Oxum Apará* planta uma muda de árvore em seus limítrofes. A árvore plantada por um filho do *Ilê Axé* em contexto ritualístico, passa a pertencer-lhe e dela deve cuidar. Para além das representações tradicionais dos *Orixás*, a árvore também representa o *Ori* deste filho, sendo a representação de sua ancestralidade enraizada neste território.

É possível que em momentos ritualísticos ocorram preceitos que reverencie a árvore, de modo que ela seja imanada pelo movimento do *Axé* a partir de *Oriki*<sup>15</sup>, ornamentação ou *Ebó* enterrados aos “pés da árvore”. De igual forma, é possível que se enterre aos “pés da árvore” o umbigo caído de recém nascidos, placentas, cabelos cortados entre outros como forma de se estabelecer vínculos e trocar *Axé* com essas matérias em interação com o *Ori* e a ancestralidade. A árvore plantada e sacralizada interage a dimensão espiritual, espacial e humana. A árvore é

<sup>13</sup> Sacerdote que ocupa o maior posto hierárquico em uma casa de Candomblé. É a pai de todos os filhos da casa. É considerado o pai dos orixás iniciados nos filhos da casa.

<sup>14</sup> *Rundeme* ou *Ronkó* são os ambientes reservados para as performances dos rituais iniciáticos. Metaforicamente concebe-se os *Rundemes* como um ventre, pois ali é o local de acolhimento do iniciado em seus dias de hibernação.

<sup>15</sup> Palavras de evocação aos orixá.

e representa um ser, é e está em um lugar, ao mesmo tempo em que conecta outros lugares e outros seres.

O *Axé* como categoria analítica afrocêntrica, permite a concepção do conceito de lugar em sua dimensão intangível, itinerante, interativa e dinâmica. A partir da compreensão polissêmica da noção de *Axé* é possível pensar o lugar enquanto gênese de pertencimento, composição ontológica, localização psicológica, alicerce epistemológico, referência filosófica, posicionamento histórico e político e auto-representatividade discursiva. O *Axé* como categoria analítica afrocêntrica pode possibilitar a superação do não lugar, do não ser ou do apagamento dos princípios estruturantes da unidade cultural africana promovido pela colonialidade.

Quem é o que é, é por que é de algum lugar, é em decorrência de sua história. Os lugares e as histórias esboçam a vida, compõem as memórias, as narrativas e as trajetórias. Os lugares são compartilhados, as histórias cruzadas e as memórias coletivas. A história que um lugar conta, constitui a história de vida de quem a ele pertence. O lugar do humano é constituído de *Axé*, o *Axé* nos ensina sobre os lugares a partir do lugar epistemológico afrocêntrico de humanidade.

## 6 CONSIDERAÇÕES

Em síntese, compreende-se que historicamente o ocidente atribuiu ilegitimamente para si, a legitimidade sobre a centralidade do lugar epistemológico e padrão referencial de Humanidade. Como postula a Afrocentricidade, a tensão de poder gerada a partir da disputa pela manutenção da autoridade epistemológica, pode conduzir a uma redução da disparidade hegemônica entre as relações sociais.

Valorizar a centralidade do lugar epistemológico é valorizar como determinada cultura ou povo, dentro de suas especificidades e multiciplidades, se vê, olha e intervém no mundo. Pela perspectiva da Afrocentricidade, arrogar a auto-representação do lugar é recusar veementemente concepções de verdades únicas e absoluta, seres humanos referenciais, estilo de vida universal e porta-vozes estratégicos.

Como visto, a continuidade transatlântica do legado negro-africano na diáspora brasileira, transladaram os princípios ontológicos, cosmológicos, filosóficos e epistemológico constituintes do modo de vida dos povos de matriz africana. Efervescentes no Candomblé, estes princípios e modos de vida soam contrastante criando tensões com a sociedade hegemônica nacional.

Essas tensões contrastantes são geradora de um certo hibridismo sociocultural, ainda que silenciada e suplantada pela colonialidade e dominação da ideologia do racismo, o modo de vida negro-africano expressados pelo Candomblé é potencialmente capaz de inserir na dominação da cultura hegemônica eurocêntrica, expressivas formas de viver, ver e sentir o mundo a partir de seu referencial afrocêntrico.

Nesse sentido, o sistema cultural do Candomblé aliado a perspectiva da afrocentricidade, oferece formas analíticas em seu arcabouço cosmológico, filosófico e epistêmico que, possibilitam compreensões outras e ressignificações acerca de concepções canônicas e cristalizadas em diversas áreas da produção de conhecimento empírico e científico, intrínseco e concernente a vida humana, como por exemplo: educação, política, filosofia, relações sociais, relações étnicos raciais, racismo entre outras.

O sistema cultural do Candomblé, historicamente recria para o povo negro na diáspora africana no Brasil um lugar pluriverso paralelo, sob qual ele pode se reencontrar ontologicamente em uma espécie de pequena África à margem da sociedade colonizadora hegemonicamente branca. Os Candomblés ressignificam e recompõe desde o apogeu pernicioso da escravização o legado africano para a humanidade na diáspora afrobrasileira. Esta recomposição, coloca à disposição do negro brasileiro um mundo também negro a partir da memória ancestral africana justaposto ao mundo branco eurocêntrico, de modo que o povo negro possa transitar de um mundo para o outro em dimensões ortogonais de uma mesma realidade.

Abdias do Nascimento contempla e endossa o escopo desse trabalho, legando a sabedoria segundo a qual, é imperativo o comprometimento ancestral, ético, político e moral a produção de conhecimento científico assentada sobre os olhares negros e com os princípios estruturantes e valores civilizatórios da unidade cultural africana: suas cosmologias, filosofias e epistemologias. Abdias do Nascimento ensina que: “recebemos, dos nossos ancestrais, a herança dos quilombos africanos, e deixaremos para os nossos descendentes a criação positiva do Quilombismo.” (NASCIMENTO, 1982 p. 25).

## REFERÊNCIAS

ASANTE, Kete Molefi. Afrocentricidade: Notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elísia Larkin (org.). Afrocentricidade: Uma abordagem epistêmica inovadora (SANKOFA: Matrizes Africanas da Cultura Brasileira;4. São Paulo. Selo Negro, 2009.

ARAÚJO, Ubiratan Castro. “A Baía de Todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente”. In: Bahia Análise & Dados. SEI. v.9, nº 4, p. 10-23. Salvador, 2000.

BRAGA, Julio. Oritamejé: o antropólogo na encruzilhada. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2000.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese de doutorado submetida ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo. Orientação: Professora Doutora Roseli Fischmann. São Paulo, 2005.

FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson. Sobre os Candomblés como modo de vida: Imagens Filosóficas entre Áfricas e Brasis. Ensaios Filosóficos. Periódico: volume VIII. Agosto, 2016.

GONZALES, Lélia. Lélia Gonzalez: primavera para rosas negras. UCPA – União dos Coletivos Pan-Africanistas. São Paulo, 2018.

LUZ, Marco Aurélio. Cultura negra e ideologia do recalque. 3. ed. - Salvador: EDUFBA: Rio de Janeiro: PALLAS, 2011.

MOORE, Carlos. Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Mazza Edições. Belo Horizonte, 2007.

NASCIMENTO, Abdias do. A bastardização da cultura afro-brasileira. In: O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1978.

NASCIMENTO, Abdias do. Apêndice 1 – Uma mensagem do Quilombismo. In: O negro revoltado. Rio de Janeiro. Ed. Nova Fronteira, 1982.

OLIVEIRA, Eduardo David de. Filosofia da Ancestralidade como filosofia africana: Educação e cultura afro-brasileira. Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação – RESAFE, nº 18. maio-outubro, 2012.

OLIVEIRA, Eduardo de. Cosmovisão Africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente. 3ª Ed. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2006.

RAMOSE, M. B. Sobre a legitimidade e o estudo da Filosofia Africana. Ensaios Filosóficos, Vol. IV. Outubro, 2011.

SANTOS, Flávia Santana. Ipelé Ilú Irin: a palavra na cultura africana. In: Caminhos para efetivação da nº 11645-2008. Coleção UNIAFRO. Org: ALMEIDA, Leandro Antônio de. EDUFRB: Cruz das Almas; Fino Traço: Belo Horizonte, 2016.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. A cor da cultura - Saberes e fazeres, v.1 : modos de ver. Coord: Ana Paula Brandão. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006.